

À PROCURA DOS TESOUROS HUMANOS VIVOS DE MORRO REDONDO/RS¹

GIANE TROVO BELMONTE¹; FRANCISCA FERREIRA MICHELON²

¹Universidade Federal de Pelotas – gicabelmonte@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fmichelon.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A tradição de doces coloniais da antiga Pelotas (Capão do Leão, Arroio do Padre, Turuçu e Morro Redondo) é um bem cultural reconhecido e inscrito no Livro de Registro dos Saberes² e desempenha um papel importante na composição da comunidade e na sua identidade. Originadas por imigrantes europeus estabelecidos na Serra dos Tapes, as famílias dedicavam-se à horticultura, fruticultura e à produção de doces de tachos e compotas tanto para consumo próprio como para gerar algum provento com a venda dos produtos coloniais aos moradores das cidades mais próximas.

Esse bem cultural associado à Região Doceira da Antiga Pelotas foi reconhecido como “Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil” em 2018. Os procedimentos de Registro dos bens de natureza imaterial como Patrimônio do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) exigem políticas de salvaguarda como forma de realizar ações concretas em benefício do bem reconhecido como parte da tradição cultural. Um dos objetivos centrais da salvaguarda é garantir a continuidade e o acesso ao bem cultural pelas pessoas e comunidade que detêm e transmitem esse Patrimônio — o Tesouro Humano Vivo (THV) —, além da ampla divulgação e promoção das manifestações culturais registradas como forma de valorizá-las junto à sociedade brasileira. O IPHAN adota as recomendações da Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Dentre as cidades de tradição de doces coloniais citadas no Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas/RS (2008), Morro Redondo teve destaque por apresentar intensa participação e interatividade da comunidade com o poder público em atividades de resgate das memórias culturais e por desenvolver projetos educacionais que valorizam a cultura e história local. No entanto, o município apresenta baixa densidade populacional que, relacionada ao envelhecimento de seus moradores, preocupa o futuro da tradição doceira da cidade. Ainda assim, essas características associadas à estreita relação do município com duas universidades locais tornaram a cidade sede do polo da Cátedra UNESCO-IPT Humanidades e Gestão Integrada do Território, através da Gestão integrada do patrimônio cultural de Morro Redondo/RS (GIPC) cujo objetivo é elaborar projetos no âmbito da memória, do patrimônio e do processo de desenvolvimento local.

Todos esses elementos culminaram para a pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Mais informações, acesse: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>.

Cultural (PPGMSPC) que deu origem a este trabalho, um compêndio da qualificação aprovada em maio de 2022, intitulada “Tesouro humano vivo: os guardiões do saber-fazer da tradição doceira de Morro Redondo/RS” (BELMONTE, 2022, no prelo). A proposta da pesquisa em andamento trata verificar a prática da tradição doceira na comunidade da cidade de Morro Redondo a fim de reconhecer quem são os detentores da tradição e potencializar as ações que irão valorizar a cultura local a partir da transmissão e promoção deste saber-fazer, protegendo essa tradição.

A apresentação deste trabalho se dará através de uma pequena contextualização do texto de qualificação, que abordará os conceitos de PCI, Salvaguarda e THV, com foco na importância da identificação dos detentores para preservar a identidade da comunidade e o saber-fazer da tradição de doces coloniais de Morro Redondo. Além de apresentar alguns exemplos de lugares no Brasil e no mundo que servem de modelo e motivação para que os mestres do saber-fazer sejam reconhecidos e salvaguardados.

De maneira geral, entende-se como PCI “o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais” (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 12). Para garantir cuidado e preservação do patrimônio intangível é necessário identificar e cuidar esse bem, porque protegê-lo é “salvaguardar suas expressões culturais, que dão sustentação à sua identidade e memória” (CERQUEIRA, 2012, p. 50).

Existem diferentes ações que visam sua proteção, uma delas e talvez “movida pelo temor da perda de referências importantes com relação a uma espécie de acervo cultural do planeta” (ABREU, 2009, p. 83) é o programa THV, que visa a valorização dos detentores culturais. A UNESCO (2006) define THV como uma pessoa possuidora de um alto grau de conhecimento e habilidades necessárias para executar ou recriar elementos específicos do patrimônio cultural intangível.

Apurar exemplos de ações em identificação e salvaguarda de PCI realizadas no Brasil e no mundo serve de exemplo e incentivo para que novos detentores possam ser reconhecidos e ações de proteção criadas. A exemplo, o projeto de cooperação transfronteiriça Smart Minho, em Portugal, que nasceu com o desejo de recuperar a memória cultural galego-portuguesa minhota, e objetiva valorizar esse patrimônio e garantir a sua transmissão para os mais jovens. A metodologia utilizada segue a da Unesco que trabalha inicialmente com a documentação da cultura imaterial do rio Minho Transfronteiriço, partindo para a identificação e o reconhecimento do THV para posteriormente realizar um processo de transmissão à comunidade através de atividades educacionais formais e não formais, exposições, publicação de livro e evento de homenagem.

Já no Brasil, muitos estados e municípios adotam políticas voltadas ao reconhecimento dessas sabedorias preservadas por cidadãos que representam a identidade de determinados grupos por intermédio de suas memórias, fazeres e saberes e que, de maneira informal e até mesmo involuntária, vêm compartilhando com seus pares. Os governos de estados como Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Paraíba, através de decretos, criam ações para selecionar e, posteriormente, agraciar esses cidadãos. Os benefícios podem variar de um estado para outro mediante a condecorações, diplomas solenes até mesmo bolsa de incentivo e prioridade na análise de projetos de incentivo à cultura. Contudo, os protagonistas da tradição devem se comprometer a participar

de programas de ensino e de aprendizagem organizados, normalmente, pela secretaria de cultura e ceder ao estado os direitos patrimoniais de autor sobre os conhecimentos e as técnicas que possuir.

Logo, com base no exposto, a partir das recomendações que constam no Dossiê e com suporte nas diretrizes da convenção da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial foi observado a necessidade da realização de verificação que comprove a prática da tradição doceira na comunidade rural da cidade de Morro Redondo. Esta investigação tem finalidade de potencializar as ações que irão valorizar a cultura local por meio da transmissão e promoção deste saber-fazer, protegendo a tradição reconhecida como PCI Nacional.

2. METODOLOGIA

Tomando como população referência as famílias produtoras de doces tradicionais coloniais residentes no meio rural (colônias) e na área central da cidade de Morro Redondo/RS, a metodologia da pesquisa é do tipo aplicada, qualitativa, descritiva e de campo. A coleta de informações demanda de entrevistas semiestruturadas com a intenção de compreender os participantes em seus próprios termos e como eles dão sentido às suas vidas, experiências e processos cognitivos (BRENER, p. 357, 2006, apud YIN, 2016, p. 120).

A pesquisa tem como fonte inicial informações disponíveis no Inventário Nacional de Referências Culturais Produção de Doces Tradicionais de Pelotas. Além das entrevistas realizadas de forma on-line pelo grupo de estudos GIPC. A essas, se somam pesquisas bibliográficas e revisões teóricas, entrevistas *in loco*, observações, áudios e registros de imagens que estão sendo realizadas durante visitas nas propriedades de famílias produtoras de doces tradicionais.

Por estar em andamento, pretende-se, ainda, entrevistar outros produtores que surgiram durante visitas, gestores públicos e representantes de grupos e instituições envolvidos no desenvolvimento rural, educacional e turístico da cidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de campo está sendo realizado a partir de visitas em propriedades localizadas nas colônias e na área central, agendadas previamente. Por se tratar de entrevistas semiestruturadas, o contato com os moradores das localidades dá-se de maneira descontraída, o que permite que sintam liberdade para expressarem-se livremente. Assim, essas falas são gravadas mediante autorização dos sujeitos entrevistados bem como o registro fotográfico e audiovisual, os quais também são produzidos e compõem o estudo. As observações feitas desde o deslocamento até o término das visitas são anotadas em caderno de campo a fim de registrar informações, expressões e reflexões não captadas nas imagens e/ou gravações. Esse contato *in loco* pretende identificar o contexto ambiental das famílias, a posição de cada membro dentro do processo de produção do doce e suas características. As impressões a respeito da tradição do doce por parte dos gestores públicos e da comunidade, suas perspectivas, facilidades e impedimentos que norteiam o objeto de estudo também serão evidenciadas nas discussões e resultados da pesquisa.

4. CONCLUSÕES

A tradição não é estática, portanto, é percebida como dinâmica e, além disso, age como articuladora de atores e grupos sociais. Está ligada à memória e possui guardiões que combinam costumes moral e emocional. O saber, quando tradicional, possui um status de integridade e continuidade, resistindo às mudanças da sociedade, desde que tenha continuidade. Assim, a busca pelo THV pode gerar uma condição de localização de pessoas que se destacam na transmissão e promoção deste bem, além de possibilitar a identificação dos protagonistas que nas famílias assumem a missão de serem os transmissores da tradição e de suas técnicas. Portanto, por entender que a atribuição de parte dos valores se dá pelo grupo social, pretende-se observar “quem” tanto na comunidade local quanto nas famílias é indicado como transmissor do saber dessa tradição.

Contudo, quando essa representatividade de expressões e práticas é compreendida, acaba se tornando reveladora da formação da identificação social não só de indivíduos, mas da identificação e pertencimento de comunidades e sociedades. Esses elementos nos levam a outras dimensões que envolvem a cultura como expressão simbólica — como direito à cidadania e um campo em potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade e novas gerações de emprego.

Por fim, essas circunstâncias podem se desdobrar em ações que dialogam com o reconhecimento e promoção, difusão e consumo; produção de conhecimento; ampliação e qualificação de espaços culturais; desenvolvimento sustentável. Ao serem reconhecidos, os THV e a comunidade local se tornam protagonistas, valorizam e difundem a cidade e, principalmente, este bem cultural que é a tradição do doce colonial de Morro Redondo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. “Tesouros Humanos Vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do “Mestres da Arte”. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 83 a 96, 2009.
- BELMONTE, G. T. **Tesouro Humano Vivo: os guardiões do saber fazer da tradição doceira de Morro Redondo/RS**. Qualificação do programa de pós-graduação em memória social e patrimônio cultural. Pelotas. UFPel, 2022. No prelo.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil – Legislação e Políticas Estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- CERQUEIRA, F. V. Novas diretrizes para a proteção do patrimônio: a diversidade cultural e o imaterial. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 12, n. 24, p. 40-63, jul./dez. 2012.
- FREIRE, B. M., et al. (coord). **Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS**. Brasília: Iphan, 2018.
- UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris. Brasília, 2006.
- YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.